

Inês dos Santos Costa: A digitalização permitirá a “desmaterialização da economia” e a “transformação de produto para serviço”

22 de Outubro, 2020

*De 19 a 23 de outubro, decorre a **Portugal Digital Week'20**, considerada a maior iniciativa da economia digital em Portugal. Organizada pela Associação da Economia Digital (ACEPI) desde 2003, a ação inclui um vasto leque de eventos para impulsionar a Transformação e a Economia Digital em Portugal. Foi precisamente para perceber como é que a “digitalização” e a “tecnologia” podem contribuir para a “sustentabilidade ambiental” e para uma “economia mais limpa” que **Inês dos Santos Costa, secretária de Estado do Ambiente**, foi convidada.*

Para a responsável, o “digital é transversal a uma série de áreas ambientais”, tendo um “papel preponderante” em “acelerar a área do ambiente” e a “torná-la mais produtiva em termos do uso eficiente de recursos” como, por exemplo, ao “nível da água, dos materiais e da qualidade dos serviços ambientais”. Posto isto, a responsável considera os três eixos de atuação do digital: os “serviços essenciais do ambiente”, refere, considerando que a “água” o “saneamento” e os “resíduos” carecem do “esforço da entrada do digital” na “promoção da melhor eficiência dos uso desses serviços”; a “área das aplicações”, onde já há avanços nessa matéria, como as aplicações que “ajudam a combater o desperdício alimentar” ou outras que “ajudam o cidadão a separar melhor os seus resíduos e a saber onde podem ser encaminhados”; e a “área industrial e empresarial”, onde o digital assume grande importância em “acelerar os princípios de economia circular”. Por isso, em matérias empresariais, a digitalização vai permitir a “desmaterialização da economia” e a “transformação de produto para serviço”, refere.

Para Inês dos Santos Costa, quando se pensa no digital, deve-se também pensar em todo o ecossistema que existe, associando, também, princípios de economia circular: “Quando estamos a desenhar um produto, devemos pensar logo desde o início no que acontece com o produto e os seus materiais no fim de vida”. O digital deve ser pensado de forma sistémica, refere, considerando que, além da “eficiência”, também a “suficiência” é crucial neste processo: “Permite explorar todo o potencial de um determinado produto e negócio mas pensando nos limites que o sistema natural nos impõem”. E o digital assume um papel preponderante, quer em “prolongar o ciclo de vida dos produtos”, quer em “estimular a recuperação”, prevendo “quando é que um tem de ser reparado”, afirma. E se o digital for pensado dessa forma, a secretária de Estado do Ambiente não tem dúvidas de que “teremos uma ferramenta poderosa para apoiar o país e as empresas para um caminho muito mais sustentável do ponto de vista de utilização de recursos”.

[blockquote style="2"] Avançar a área da remanufatura e da reparação [/blockquote]

Quando o assunto é alterações climáticas, Inês dos Santos Costa refere que todo mundo está confrontado com a mudança, pelo que, economicamente, é mesmo uma ameaça: “Os riscos naturais são das principais ameaças aos sistemas socioeconómicos ao nível global”. Portanto, “é errado pensar que uma empresa (grande, pequena ou média) está arredada de pensar também o que é que ela pode contribuir para esse caminho de mitigar e adaptar face a situações com as alterações climáticas”, sublinha.

Relativamente a Portugal, a responsável realça que há evoluções notórias no que diz respeito ao setor empresarial, dando conta que o digital também traz dificuldades no que é o aumento dos resíduos de equipamentos, elétricos e eletrónicos. Mas, nesta área, o país tem um potencial gigante, refere, destacando o “know-how” e a “competente técnica” para fazer “avançar” a área da “remanufatura” e da “reparação”. Além disso, há um outro caminho que deve ser seguido, como as empresas trabalharem na servitização: “Vender água quente ao invés das caldeiras”, exemplifica, destacando que, neste negócio é o “serviço que é vendido e não o equipamento”.